COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 6.960, DE 2002

(Apensado o Projeto de Lei nº 7.312, de 2002)

Dá nova redação aos artigos 2º, 11, 12, 43, 66, 151, 224, 243, 244, 246, 262, 273, 281, 283, 286, 294, 299, 300, 302, 306, 309, 328, 338, 369, 421, 422, 423, 425, 429, 450, 456, 471, 472, 473, 474, 475, 478, 479, 480, 482, 496, 502, 506, 533, 549, 557, 558, 559, 563, 574, 576, 596, 599, 602, 603, 607, 623, 624, 625, 633, 637, 642, 655, 765, 788, 790, 872, 927, 928, 931, 944, 947, 949, 950, 953, 954, 966, 977, 999, 1053, 1060, 1086, 1094, 1099, 1158, 1160, 1163, 1165, 1166, 1168, 1196, 1197, 1204, 1210, 1228, 1273, 1274, 1276, 1316, 1341, 1347, 1352, 1354, 1361, 1362, 1365, 1369, 1371, 1374, 1378, 1379, 1434, 1436, 1456, 1457, 1473, 1479, 1481, 1512, 1515, 1516, 1521, 1526, 1561, 1563, 1573, 1574, 1575, 1576, 1581, 1583, 1586, 1589, 1597, 1601, 1605, 1606, 1609, 1614, 1615, 1618, 1623, 1625, 1626, 1628, 1629, 1641, 1642, 1660, 1665, 1668, 1694, 1700, 1701, 1707, 1709, 1717, 1719, 1721, 1722, 1723, 1725, 1726, 1727, 1729, 1731, 1736, 1768, 1788, 1790, 1800, 1801, 1815, 1829, 1831, 1834, 1835, 1848, 1859, 1860, 1864, 1881, 1909, 1963, 1965, 2002, 2038 e 2045 da Lei nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que "Institui o Código Civil", acrescenta dispositivos e dá outras providências.

Autor: Deputado Ricardo Fiúza

Relator: Deputado Luiz Antonio Fleury

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em referência busca alterar diversos dispositivos do Código Civil.

Inicialmente, a matéria estava na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronta para votação, com parecer pela

constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo oferecido pelo ilustre Deputado Vicente Arruda.

Entretanto, em 16.04.2004, o então Presidente desta Comissão, nobre Deputado Paulo Lima, com muita propriedade, apresentou o Requerimento nº 1746, de 2004, no qual solicitou a oitiva desta Comissão em relação ao art. 1.361, alterado pelo art. 1º do Projeto, que visa restabelecer no Código Civil a antiga exigência de registro, em cartório, dos contratos de financiamento de veículos.

Justificou o nobre Deputado Paulo Lima alertando em seu Requerimento:

“A requerida oitiva se justifica pelo fato de que se estaria onerando financeiramente e sobremaneira um negócio que a prática comercial tem demonstrado funcionar de forma perfeita. Parece estar-se criando mais um indevido e desnecessário custo cartorário para o consumidor”.

Tal pedido foi deferido pela Presidência da Casa, e a matéria remetida a esta Comissão nos termos do art. 140, II, do Regimento Interno para que o art. 1361 seja analisado por este Colegiado, tendo em vista que a alteração pretendida no dispositivo afetaria direito do consumidor, em especial aquele que financia a aquisição de veículo automotor, criando-lhe um ônus adicional.

Observe-se que esta Comissão não analisa o mérito da proposta, uma vez que o art. 140, II, do Regimento Interno determina apenas a audiência sobre o mencionado dispositivo do projeto.

Com a saída do ilustre Deputado Paulo Lima desta Comissão, coube a este deputado a relatoria do projeto, o qual passamos a analisar.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A questão analisada por esta Comissão concentra-se, especificamente, sobre a alteração proposta para o art. 1º do art. 1.361 do Novo Código Civil, para conferir-lhe a seguinte redação (grifo nosso):

“Art.1.361.....

.....
§ 1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, **e**, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro;

.....
§ 3º A propriedade superveniente, adquirida pelo devedor, torna eficaz a transferência da propriedade fiduciária “. **(NR)**

A preocupação com a possibilidade de, desnecessariamente, vir a causar, a iniciativa parlamentar, prejuízo para o consumidor, embala e motiva nossa ação legislativa prioritária. Tal preocupação repousa, na situação sob análise, sobre o fato de que o texto proposto, no qual simplesmente se troca o termo "**ou**" pela palavra "**e**", acaba por resultar na obrigatoriedade de duplo registro do contrato de alienação fiduciária, seja ele feito por instrumento público ou particular.

Atualmente, a alienação fiduciária se dá por intermédio do Sistema Nacional de Gravames. Esse sistema permite às instituições financeiras e a outras entidades credoras a inclusão e a baixa de gravames relativos aos contratos com alienação fiduciária, arrendamento mercantil e reserva de domínio diretamente nas bases de dados dos DETRANs. Essa

operação é feita através de processo informatizado, eliminando procedimentos burocráticos, intermediários e dificultando fraudes.

Visando instruir a análise do projeto, esta Comissão de Defesa do Consumidor realizou reunião de audiência pública em 20.10.2004 para debater o tema. Participou da reunião o Sr. Cláudio Peret Dias, Coordenador Jurídico do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor — DPDC, do Ministério da Justiça. Respondendo a interpelação do Deputado Júlio Lopes (PP-RJ), o convidado afirmou que o registro em cartório é dispensável, uma vez que o registro no DETRAN confere segurança suficiente ao proprietário do veículo:

“O registro no DETRAN é considerado pelo STJ como suficiente para garantir a publicidade, se contraposto ao Registro de Títulos e Documentos. Entre DETRAN e Registro de Títulos e Documentos, a jurisprudência entende que é mais efetivo e eficaz o registro de trânsito; e, se este tem seus problemas, vamos trabalhar com eles.”

Também foi ouvido o consultor jurídico do Departamento Nacional de Trânsito, Fábio Antinoro, que assim se posicionou:

“O DENATRAN e o CONTRAN viram-se compelidos a baixar uma norma justamente para evitar prejuízos ao consumidor ou para impedir fosse estabelecida alguma reserva de mercado, pela dúvida sobre a quem compete registrar. Foi muito clara a norma no sentido de que aos DETRANs compete o registro. E, caso não possa, instituições previstas em lei o farão. Em momento algum, foi dissociada a questão da defesa do consumidor, que, ao contrário, é muito respeitado.”

Argumentam também os defensores da proposta que o encargo se justificaria em função da postura de alguns bancos, que não entregariam aos clientes cópia dos contratos de financiamento de veículos, e que tal exigência os obrigaria a tal. Ocorre que os órgãos de defesa do consumidor consultados e o próprio Banco Central não apontam registros de reclamações dessa ordem. Isso se deve ao fato de que o Conselho Monetário

Nacional, desde 2001, por meio da Resolução nº 2.878, determinou que é obrigatória a recepção, pelos clientes, dos contratos assim que formalizados (art. 1º, inciso IV). Também devem ser evidenciadas as remunerações, taxas, tarifas, comissões, multas e quaisquer outras cobranças decorrentes de contratos de abertura de crédito, de cheque especial e de prestação de serviços em geral (art. 3º, inciso VII).

A não observância da determinação do Banco Central implica em pesadas sanções às instituições financeiras, inclusive às penalidades impostas pela Lei nº 4.595, de 1964, como a inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência (art. 44). Portanto, em nenhum momento o projeto trata de assunto bancário, mas sim da possibilidade de reinstaurar a obrigação de registro em cartório dos contratos de financiamentos de veículos.

A melhor análise do projeto, salvo melhor juízo, foi feita pelo ilustre deputado Paulo Lima, em seu primeiro parecer. Tomo a liberdade de transcrever-lhe os trechos que, na minha opinião, esgotam o assunto:

“Já não bastam tantos tributos incidentes sobre a estrutura de preços dos veículos automotores, seu licenciamento anual, os custos do seguro para garantia do bem contra colisões, furtos e roubos, as despesas de manutenção, os juros elevadíssimos incidentes sobre o capital emprestado para viabilizar a aquisição do carro próprio, terá ainda o consumidor que pagar por duplo registro de contrato!

(...)

“Em nosso entender, não há porque modificar-se tal procedimento, o que somente viria a criar uma fonte adicional de receita para os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sem efetivos benefícios para a coletividade.”

(....)

“A alegação de que essa providência viria a dar mais segurança perante terceiros não poderia prosperar, uma

vez que, se assim fosse, também deveria tal exigência ser estendida a outras situações e circunstâncias que exigem que o registro seja procedido apenas e tão somente em cartórios especializados, como o de registro de imóveis, o civil das pessoas naturais, o de civil de pessoas jurídicas e a junta comercial. Como se vê, não é o caso.”

Diante disso, sendo a proposta tão injusta para com o consumidor brasileiro, e sendo o dever desta Comissão, nos termos do art. 140, II, do Regimento Interno, subsidiar a análise da matéria, recomendamos a **rejeição** da modificação proposta ao art. 1361 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, constante no Projeto de Lei nº 6.960, de 2002 e em seu apenso, Projeto de Lei nº 7.312, de 2002.

Sala da Comissão, em 1º de junho de 2006.

Deputado Luiz Antonio Fleury
Relator